

95/



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

**QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000825-08.2014.8.17.0000 (0325761-0)**

**AGRAVANTE:** INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO – IRH/PE

**AGRAVADA:** DALVA DE SIQUEIRA CAMPOS PINHEIRO

**RELATOR:** Des. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES

**PROCESSO ORIGINÁRIO:** 0001612-34.2014.8.17.0001

**VARA DE ORIGEM:** 30ª Vara Cível da Capital

**EMENTA:** PROCESSO CIVIL. AGRAVO LEGAL. DECISÃO TERMINATIVA MONOCRÁTICA QUE DEU PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO PELA AUTARQUIA ESTADUAL, RECONHECENDO A INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUÍZO DA 30ª VARA CÍVEL DA CAPITAL PARA ANALISAR E JULGAR A AÇÃO ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, MAS MANTENDO OS EFEITOS DA LIMINAR DEFERIDA PELO REFERIDO JUÍZO ATÉ ULTERIOR MANIFESTAÇÃO DO JUÍZO FAZENDÁRIO COMPETENTE ACERCA DA SUA SUBSISTÊNCIA OU NÃO. IMPUGNAÇÃO RESTRITA AO FATO DESTA RELATORIA TER MANTIDO OS EFEITOS DA LIMINAR PROFERIDA PELO JUÍZO ABSOLUTAMENTE INCOMPETENTE. NECESSIDADE DE SE CONSERVAR A LIMINAR ATÉ NOVA MANIFESTAÇÃO POR PARTE DO JUÍZO FAZENDÁRIO COMPETENTE. AMPARO AO DIREITO À SAÚDE E À VIDA DA AGRAVADA QUE SÓ OBTVEU DIREITO AO TRATAMENTO MÉDICO-HOSPITALAR EM RAZÃO DA DECISÃO PROLATADA PELO JUÍZO DA 30ª VARA CIVIL DA CAPITAL. PRECEDENTES DO STJ QUE SE POSICIONAM NO SENTIDO DA MANUTENÇÃO DA DECISÃO PROFERIDA POR JUÍZO ABSOLUTAMENTE INCOMPETENTE EM RAZÃO DO RISCO DO PERECIMENTO DO DIREITO OU LESÃO GRAVE E DE DIFÍCIL REPARAÇÃO EM DESFAVOR DA REQUERENTE. AGRAVO LEGAL QUE MERECE SER NEGADO.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo nº 0325761-0, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da 4ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em **negar provimento ao recurso**, mantendo-se inalterada a decisão agravada, nos termos do voto do Desembargador Relator, que fica fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 13 de junho de 2014.

  
Des. ANDRÉ Oliveira da Silva GUIMARÃES  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

**QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000825-08.2014.8.17.0000 (0325761-0)**

**AGRAVANTE:** INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO – IRH/PE

**AGRAVADA:** DALVA DE SIQUEIRA CAMPOS PINHEIRO

**RELATOR:** Des. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES

**PROCESSO ORIGINÁRIO:** 0001612-34.2014.8.17.0001

**VARA DE ORIGEM:** 30ª Vara Cível da Capital

**RELATÓRIO**

O presente agravo legal tem por finalidade rever a decisão monocrática terminativa proferida por esta relatoria que deu provimento ao Agravo de Instrumento nº 0325761-0, reconhecendo a incompetência absoluta do juízo da 30ª Vara Cível da Capital para processar e apreciar a Ação Ordinária de Obrigação de Fazer, tombada sob o nº 0001612-34.2014.8.17.0001, mas mantendo os efeitos da liminar deferida pelo referido juízo até ulterior manifestação do juízo fazendário competente, o qual deliberará acerca da subsistência ou não dessa medida.

Irresignado, o IRH/PE (ora Agravante) interpôs o presente agravo legal (fls.76/78), nos termos do art.557, §1º, do CPC, com o fim de ver o seu pleito apreciado por este Órgão Colegiado, ao argumento de que uma vez reconhecida a incompetência absoluta do juízo da 30ª Vara Cível da Capital para analisar e julgar a mencionada Ação Ordinária de Obrigação de Fazer, deve-se decretar a nulidade de todos os atos decisórios proferidos pelo juízo da 30ª Vara Cível da Capital no citado processo ordinário, com base no art.113, §2º CPC, inclusive a decisão que concedeu a tutela antecipada em favor da Agravada, objeto do Agravo de Instrumento nº 0325761-0.

Diante do exposto, requer que seja reconsiderada a decisão proferida ou, caso contrário, seja o recurso incluído em pauta para julgamento pelo Colegiado, com o fito de que julgado procedente o presente recurso, anulando, por conseguinte, a eficácia da medida liminar que foi mantida por esta relatoria.

É o relatório.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães**

---

**VOTO**

Presentes os requisitos de admissibilidade.

Não vislumbro inovação nos argumentos trazidos capaz de alterar o entendimento disposto na decisão desafiada, razão pela qual apresento a questão ao Colegiado.

O recorrente, em suas razões recursais (fls.76/78), impugna tão somente o fato de esta relatoria ter mantido a liminar proferida pelo juízo da 30ª Vara Cível da Capital, apesar de ter reconhecido a incompetência absoluta da referida vara para julgar a ação principal. Verifica-se, ademais, o Instituto Agravante repetiu boa parte dos argumentos já empregados na peça de Agravo de Instrumento (fls.02/10).

Desta feita, com o fim de evitar repetição dos argumentos constantes na decisão guerreada, mantenho a decisão terminativa proferida às fls. 60/69, pelas mesmas razões que a motivaram, e, desse modo, reproduzo-a para que faça parte integrante da presente decisão:

**DECISÃO TERMINATIVA**

Trata-se de Agravo de Instrumento com pedido de efeito suspensivo interposto pelo ESTADO DE PERNAMBUCO contra antecipação de tutela concedida às fls.17/23 (fls.28/34 AI) pelo Exmo. Juiz da 30ª Vara Cível da Capital, que, nos autos da Ação Ordinária de Obrigação de Fazer, tombada sob o nº 0001612-34.2014.8.17.0001, determinou que o Demandado (ora Agravante) garantisse imediatamente o tratamento de internamento domiciliar (HOME CARE) com a assistência do corpo de enfermagem durante 24 horas por dia em prol da Demandante, bem como os procedimentos e medicamentos essenciais ao referido tratamento, sob pena de multa diária de R\$ 3.000,00.

Eis o teor da parte dispositiva da decisão ora impugnada:

(...)

Estando presentes os requisitos da verossimilhança da alegação (fumus boni iuris), associados à prova documental pré-



88/

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães**

---

constituída e inequívoca, bem como pela demonstração inexorável do periculum in mora, com fulcro no CPC, 273 c/c 461, DEFIRO A ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA pleiteada na inicial, e determino à Sistema de Assistência a saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco - SASSEPE, que garanta imediatamente o tratamento de internamento domiciliar (home care) com assistência do corpo de enfermagem durante 24 horas por dia, bem como os procedimentos e medicamentos inerentes aos tratamento, conforme solicitação médica, sob pena de arcar com multa no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por dia de atraso, limitada ao teto de R\$ 200.000,00, a incidir na hipótese de descumprimento desta ordem judicial, na forma contida no § 5º, 461, do CPC, em favor da autora.

Em seguida, cite-se a demandada, como se requer na inicial para exercer, querendo, o direito de defesa (artigo 297 do CPC), no prazo de (15) quinze dias, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (art. 285 c/c art 319 do CPC).

Declaro que o presente preenche os requisitos do artigo 225 do CPC, pelo que servirá de mandado, indo subscrito por mim e pela Chefe de Secretaria da Vara, bem como que deve o Sr. Oficial de Justiça certificar a diligência respectiva no verso da primeira folha ou em apartado. Intimações necessárias.

CUMPRASE. Recife, 10 de janeiro de 2014.  
Alexandre Freire Pimentel Juiz de Direito  
Titular da 29ª Vara Cível da Capital - em  
exercício cumulativo da 30ª Vara Cível.

Em suas razões recursais, o Agravante argui, em sede de preliminar, a incompetência absoluta do juízo da 30ª Vara Cível da Capital para analisar e julgar a lide.

Argumenta que o INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - IRH/PE, ora agravante, pessoa jurídica responsável pela gestão do sistema de saúde SASSEPE, é uma autarquia pública estadual e, por essa razão, a



81

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães**

---

competência para processar e apreciar as lides judiciais contra ele propostas pertencem a uma das varas da Fazenda Pública, conforme prevê o inciso I do art. 79 do Código de Organização Judiciária do Estado.

Nesta senda, requer a revogação da liminar concedida, bem como que seja determinado extinto o processo sem julgamento de mérito, por incompetência do magistrado da causa, ou, ao menos, que seja determinada a remessa dos autos ao Juízo competente, qual seja, uma das varas da Fazenda Pública da Capital.

No mérito, tece considerações acerca dos contornos da lide.

Ao final, requer o provimento do presente recurso a fim de que seja reformada/anulada a decisão combatida.

**É o que importa relatar. Passo a decidir.**

A matéria preliminar levantada pela parte agravante impede a análise do mérito recursal, senão vejamos.

A Demandante (ora Agravada) ajuizou a presente ação ordinária contra o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco - SASSEPE, autarquia estadual administrada e gerida pelo Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco - IRH, o qual foi criado pela Lei Complementar nº. 30, de 02/01/2001, e regulamentado pelo Decreto nº. 23.137, de 21/03/2001.

Esclarece-se, ainda, que o SASSEPE não detém personalidade jurídica, cabendo ao IRH responder em juízo por suas obrigações e atividades, conforme já decidiu este Egrégio Tribunal de Justiça nos julgados ED 1423336 PE (Relator: Des. Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello; Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível; Julgado em 13/01/2011) e AI 229134220118170001 PE (Relator: Des. Fernando Cerqueira; Órgão Julgador: 7ª Câmara Cível; Julgado em 03/01/2012).



90

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães**

---

Ocorre que o Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco (Lei Complementar nº 100, de 21/11/2007) atribui a uma das varas da fazenda pública a competência para processar, julgar e executar as ações em que o Estado e/ou suas autarquias, empresas públicas e fundações estejam na condição de autor, réu, assistente ou oponente, conforme se vê abaixo:

Art. 79 do Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco - Compete ao Juízo de Vara da Fazenda Pública:

I - processar, julgar e executar as ações, contenciosas ou não, principais, acessórias e seus incidentes, em que o Estado Federado ou o Município, respectivas autarquias, empresas públicas e fundações instituídas ou mantidas pelo poder público forem interessados na condição de autor, réu, assistente ou oponente, excetuadas as de falências e recuperação de empresas e as de acidentes do trabalho;

II - processar e julgar os mandados de segurança, os habeas data, os mandados de injunção e ações populares contra autoridades estaduais e municipais, respeitada a competência originária do Tribunal de Justiça;

III - conhecer e decidir as justificações destinadas a servir de prova junto ao Estado Federado ou ao Município, respectivas autarquias, empresas públicas e fundações instituídas ou mantidas pelo poder Público. (grifos nossos)

No mais, é cediço que o caput do art. 113 do CPC dispõe que a incompetência absoluta deve ser declarada de ofício e em qualquer tempo e grau de jurisdição, determinando, ainda, em seu § 2º que "declarada a incompetência absoluta, somente os atos decisórios serão nulos, remetendo-se os autos ao juiz competente".

Em que pese tal disposição legal, o Superior Tribunal de Justiça vem entendendo que não ofende o art. 113, § 2º, do CPC a manutenção dos efeitos da antecipação de tutela já concedida



91

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães**

---

por juízo incompetente até a sua reapreciação pelo juízo competente em razão da probabilidade do perecimento do direito do suplicante.

A respeito, trago à baila os seguintes julgados da Corte Superior:

**AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 NÃO CONFIGURADA. JUÍZO ABSOLUTAMENTE INCOMPETENTE. LIMINAR MANTIDA. PERECIMENTO DE DIREITO. POSSIBILIDADE.**

1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem omissões deve ser afastada a alegada violação ao art. 535 do Código de Processo Civil.

2. Não ofende o art. 113 § 2º do CPC a decisão que, a despeito de declinar da competência para vara especializada, mantém os efeitos da antecipação de tutela já concedida até a sua reapreciação pelo juízo competente.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(STJ - AgRg no REsp 937652/ES, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 19/6/2012, DJe 28/6/2012) (grifos nossos)

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA ORIGINÁRIO. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA RECONHECIDA PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. DETERMINAÇÃO DE REMESSA DOS AUTOS PARA O JUIZ DE PRIMEIRA INSTÂNCIA. ART. 113, § 2º, DO CPC. LIMINAR MANTIDA ATÉ NOVA MANIFESTAÇÃO DO JUÍZO COMPETENTE. POSSIBILIDADE. PODER GERAL DE CAUTELA. ARTS. 798 E 799 DO CPC.**

1. Recurso especial no qual se discute a validade da decisão proferida pelo Tribunal de origem que, não obstante tenha reconhecido sua incompetência absoluta para apreciar o mandado de segurança originário, manteve o provimento liminar concedido até nova ulterior deliberação do juízo competente, a quem determinou a remessa dos autos.



92,

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães**

---

2. A teor do art. 113, § 2º, do CPC, via de regra, o reconhecimento da incompetência absoluta do juízo implica na nulidade dos atos decisórios por ele praticados. Entretanto, tal dispositivo de lei não inibe o magistrado, ainda que reconheça a sua incompetência absoluta para julgar determinada causa, de, em face do poder de cautela previsto nos arts. 798 e 799 do CPC, conceder ou manter, em caráter precário, medida de urgência, para prevenir perecimento de direito ou lesão grave e de difícil reparação, até ulterior manifestação do juízo competente, o qual deliberará acerca da subsistência, ou não, desse provimento cautelar. Nessa mesma linha: REsp 1.273.068/ES, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 13/09/2011.

3. Recurso especial não provido.  
(STJ - REsp 1288267/ES, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 14/8/2012, DJe 21/8/2012)(grifos nossos)

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA JULGADO ORIGINARIAMENTE POR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. DECISÃO DENEGATÓRIA. RECURSO ESPECIAL. ERRO GROSSEIRO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284-STF.

1. Em obséquio ao art. 105, II, b, da Carta Magna, a interposição de recurso especial pelo impetrante contra acórdão denegatório de mandado de segurança julgado originariamente por Tribunal de Justiça constitui erro grosseiro, não sendo aplicável o princípio da fungibilidade. Precedentes.

2. O art. 113, § 2º, do CPC, não tem carga normativa suficiente para infirmar as razões alinhavadas pelo aresto recorrido, que reconheceu a incompetência absoluta do juízo, mas manteve o deferimento de liminar em face da urgência até manifestação do juiz competente.

Incidência da Súmula 284-STF.

3. O dispositivo não trata, e também não impossibilita o juiz, ainda que absolutamente incompetente, de deferir medidas de urgência. A norma em destaque,





93

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

---

por força dos princípios da economia processual, da instrumentalidade das formas e do aproveitamento dos atos processuais, somente determina que, reconhecendo-se a incompetência do juízo, os atos decisórios serão nulos, devendo ser aproveitado todo e qualquer ato de conteúdo não decisório, evitando-se com isso a necessidade de repetição.

Precedente: AgREsp 1.022.375-PR, de minha relatoria, DJe 01º.07.11.

4. Recurso especial do particular não conhecido. Recurso especial do Estado do Espírito Santo conhecido em parte e, nesta parte, provido tão somente para afastar a multa aplicada com base no art. 538, parágrafo único, do CPC.

(STJ - REsp 1273068-ES, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/09/2011, DJe 13/09/2011) (grifos nossos)

Diante disso, penso que tal entendimento, acima narrado, deve ser aplicado ao presente caso, porquanto o processo versa a respeito de direito à saúde e à vida da Demandante (ora Agravada) que só obteve direito ao tratamento HOME CARE em razão da decisão aqui guerreada.

Logo, a liminar dada pelo juiz incompetente (no caso, o juízo da 30ª vara civil da capital), decisão aqui hostilizada, deve ser mantida para prevenir perecimento de direito ou lesão grave e de difícil reparação em desfavor da Demandante até ulterior manifestação do juízo competente, o qual deliberará acerca da subsistência, ou não, desse provimento cautelar.

Ante o exposto, em acolhimento à preliminar oposta, DOU PROVIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no art.557, §1º, do CPC, para reconhecer a incompetência do juízo da 30ª Vara Cível da Capital para processar e apreciar a Ação Ordinária de Obrigação de Fazer, tombada sob o nº 0001612-34.2014.8.17.0001, e, por consequência, determinar sua remessa ao setor de distribuição para que proceda a sua redistribuição a uma das varas da Fazenda Pública da Capital.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

---

Mantenho a liminar nos termos em que foi deferida pelas razões acima expostas até ulterior manifestação do juízo competente, o qual deliberará acerca da subsistência, ou não, desse provimento.

Oficie-se ao Juízo da 30ª Vara Cível da Capital, dando-lhe ciência do inteiro teor da presente decisão. Publique-se. Intime-se. Recife, 25 de abril de 2014. Des. André de Oliveira da Silva Guimarães Relator

Por essas razões, tenho que os argumentos dispostos no presente agravo legal não me persuadem a refluir da posição perfilhada, e no que tange a questão da manutenção dos efeitos da liminar proferida por juízo absolutamente incompetente, conservo meu posicionamento apoiado em julgado o Colendo STJ.

Importante destacar que o processo principal (ação de obrigação de fazer) trata acerca do direito à saúde e à vida da parte Agravada (DALVA DE SIQUEIRA CAMPOS PINHEIRO) que só obteve direito ao tratamento médico-hospitalar em razão da decisão prolatada pelo juízo da 30ª Vara Cível da Capital.

Nesse contexto, deve ser mantida a liminar para prevenir perecimento de direito ou lesão grave e de difícil reparação em desfavor da Agravada até ulterior manifestação do juízo fazendário competente quanto a manutenção ou não do provimento antecipatório da tutela concedida pelo juízo da 30ª vara civil da capital.

Em face do exposto, voto pelo **não provimento do recurso de agravo**, mantendo *in totum* a decisão vergastada.

É como voto.

Recife, 13 de junho de 2014.

Des. **ANDRÉ** Oliveira da Silva **GUIMARÃES**  
Relator